



O Terrorismo de Estado na Argentina

Waldir José Rampinelli¹

Resumo

O texto a seguir reflete criticamente sobre os tempos da ditadura militar na Argentina e sua política de terror, destacando as estratégias da máquina de tortura e morte que se configurou naqueles dias jogando milhares de argentinos nas prisões, com mais de 30 mil desaparecidos.

Palavras-chave: Ditadura militar. Argentina. Memória.

El Terrorismo del Estado en Argentina

Resumen

El texto que sigue reflexiona críticamente acerca de los tiempos de la dictadura militar en Argentina y su política de terror, con destaque las estrategias de la máquina de tortura y muerte que se ha configurado en aquellos días, poniendo miles de argentinos en la cárcel, con más de 30 mil desaparecidos.

Palabras clave: Dictadura Militar. Argentina. Memoria.

State Terrorism in Argentina

Abstract

The text provides a critical reflection on the period of military dictatorship in Argentina, focusing on the policy of terror and on the machine of torture and murder which was organized at that time, throwing thousands of Argentineans into prisons and causing more than 30 thousand missing people.

Keywords: Military dictatorship. Argentina. Memories.

A ditadura militar argentina fundamentou-se, ideologicamente, na doutrina de segurança nacional, no integralismo católico e no anticomunismo, utilizando-se da estratégia do terror de Estado e de uma série de políticas públicas para dismantelar as estruturas formais e informais de proteção estatal que haviam sido criadas no país na década de 1930 e, principalmente, durante o primeiro governo peronista. Para tanto, teve as

¹ Historiador, professor do Departamento de História da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Correio eletrônico: rampinelli@globo.br.

devidas bênçãos e recomendações da Conferencia Episcopal Argentina (CEA), cuja cúpula hierárquica foi ouvida na véspera do golpe. Não se pode esquecer também o grande apoio dado pela população à primeira Junta Militar golpista (Jorge Rafael Videla, pelo Exército; Emílio Eduardo Massera, pela Marinha; e Ramón Agosti, pela Força Aérea), defendendo-a como a salvadora da Pátria, da ordem e da paz.

Duas estratégias implementou a ditadura: a guerra *antissubversiva* e o estabelecimento de um plano econômico em favor da classe dominante. A primeira consistiu na eliminação física de todas as organizações guerrilheiras, dos grupos de esquerda revolucionária, das comissões e dos delegados sindicais combativos, das agrupações estudantis e dos simpatizantes do populismo peronista, recorrendo a ditadura, para tal, a métodos de regimes totalitários. Esta complexa máquina de torturar e matar chegou a dispor, em 1977, de 340 centros clandestinos em toda a Argentina (NOVARO e PALERMO, 2006, p. 118). Inventou novas formas de desaparecimento: lançou ao mar com vida, em voos noturnos, os opositores detidos na Escola da Mecânica da Armada; apropriou-se dos bens móveis e imóveis dos presos, vendendo-os em lojas estabelecidas ou nas subastas públicas; sequestrou bebês nascidos nos centros de tortura para entregá-los a pais adotivos integrantes dos sistemas de repressão ou a apoiadores dos militares² e explorou o trabalho escravo das pessoas encarceradas, evitando assim contratar mão de obra para certas tarefas a serem realizadas no quartel. Muitos capelães das Forças Armadas amainavam as consciências dos carrascos e dos ladrões com a justificativa cristã de que era preciso separar o joio do trigo. Um deles, Christian Von Wernich, foi condenado à prisão perpétua, em outubro de 2007, por participar da privação ilegal da liberdade de trinta e quatro pessoas, como também por ser coautor da aplicação de *tormentos agravados* a trinta e um cidadãos. O relatório *Nunca más* chegou à cifra de trinta mil desaparecidos, um verdadeiro genocídio da população organizada argentina e o *Diário del Juicio*, vendido nas bancas, contava em detalhes os horrores dos porões do regime, o verdadeiro inferno de

²A maior sentença proferida contra um receptor de bebê foi a condenação a dezoito anos de prisão para Luis Antonio Falco, ex-agente da Polícia Federal Argentina, por seqüestro, adulteração e falsificação da identidade de Juan Cabandié, filho de Alicia e Damián, detidos no dia 23 de novembro de 1977 e logo depois desaparecidos (GINZBERG, 2011a). Na realidade, documentos desclassificados nos Estados Unidos provam que havia um “plano sistemático de apropriação de bebês” como política estabelecida pelas cúpulas militares. Uma comunicação entre o embaixador argentino em Washington – Lucio Alberto García de Solar – e o funcionário do Departamento de Estado (EUA) – Elliott Abrams – informa que os desaparecidos estão mortos, mas que seus filhos foram entregues a várias famílias para serem criados e que o presidente *de facto* Reynaldo Bignone se nega a revisar o tema (LA JORNADA, 2011).

Dante. Tamanho foi o desprestígio das Forças Armadas após tais relatos, que, inclusive, os militares evitavam sair fardados pelas ruas do país.

O cinismo do ditador Videla (1977) o levou a dar uma explicação para os desaparecidos, apresentando cinco causas: a) que estas pessoas tenham passado para a clandestinidade; b) que tenham sido eliminadas pelas próprias organizações, por falta de lealdade; c) que tenham se ocultado para viver na marginalidade; d) que tenham se desesperado e cometido suicídio; e e) por último, que tenham sido assassinadas por conta de excessos cometidos pelas Forças Armadas.

Enquanto a hierarquia católica tratara de ignorar a questão [a visita da OEA] quando não referindo-se a ela em termos de pacificação, de reconciliação e de esquecimento, Henry Kissinger, na reunião da Organização dos Estados Americanos (OEA), em Santiago do Chile, em 1976, aconselhara a ditadura militar a avançar na “solução” final do problema subversivo antes que o Congresso dos Estados Unidos reiniciasse suas sessões e antes, também, que Jimmy Carter assumisse a presidência, em janeiro de 1977.

A segunda estratégia da ditadura consistiu em limpar os caminhos para a implantação de um programa econômico com um composto de receitas neoliberais, conservadoras e desenvolvimentistas, cujo ponto de convergência básico seria redefinir o comportamento dos atores por meio de uma fórmula composta pelo disciplinamento dos mercados e pela intervenção do Estado (NOVARO e PALERMO, 2006, p. 42). Os beneficiados seriam apenas as classes dominantes, que em troca davam todo o apoio ao Processo de Reorganização Nacional.

“A equipe econômica e o *establishment* empresarial diretamente associado com o programa” – afirmam Navarro e Palermo – “não alcançariam uma densidade social, organizativa e de coalizão como a que grupos análogos desfrutaram no Chile e no Brasil, e estariam sempre sob a ameaça e as restrições impostas pela frente interna militar, já que as Forças Armadas, de maneira alguma, adotaram, homogeneamente, o programa apresentado” (NOVARO e PALERMO, 2006, p. 43). Isso acarretou profundas implicações na gestão econômica, assim como nos seus resultados, quer nos termos dos indicadores econômicos, quer no projeto de refundação social desde cima, implementado pelos militares.

O ditador Videla costumava realizar, entre abril e setembro de 1976, almoços mensais com figuras representativas da sociedade argentina para consolidar o consenso.

Participaram destes encontros empresários dos meios de comunicação, representantes do agronegócio, líderes religiosos, presidentes de entidades científicas, ex-ministros de Relações Exteriores e escritores, entre os quais Jorge Luis Borges, Ernesto Sábato, Horácio Ratti e o padre Leonardo Castellani. Sábato chegou a dizer que Videla o havia impressionado “como um homem justo, modesto e inteligente”³; Borges estava “agradecido [a Videla] pelo golpe de 24 de março que salvou o país da ignomínia” e ao mesmo tempo “surpreendido por sua enorme, infinita paciência;” Castellani o considerava um homem sensato, sereno, humilde e preocupado seriamente por conhecer a realidade argentina em sua totalidade” (NOVARO e PALERMO, 2006, p. 182).

O Partido Comunista Argentino também apoiou o golpe, chegando ao ponto de propor a assinatura de um “convênio nacional democrático que servisse de fundamento a um governo cívico-militar de ampla coalizão democrática”, na perspectiva de evitar o avanço da ala dos duros do exército. Tais equívocos históricos não apenas ajudaram a dar respaldo à Junta Militar, como também abriram caminho para o avanço do terrorismo de Estado.

A ditadura argentina, dentro de uma estratégia global anticomunista comandada por Washington, exportou o terror estatal para a Bolívia e os países da América Central. O envio de assessores e o ensino de métodos de interrogatório, de tortura e de roubo de crianças foram algumas das experiências passadas aos ditadores destas regiões dentro da *Operação Condor*, que consistia na continentalização da criminalidade política por meio de ações terroristas. O resultado foi, juntamente com outros governos autoritários, a morte de mais de 400 mil pessoas em toda a América Latina, das quais 50 mil apenas no Cone Sul (CALLONI, 1999, p. 12 e 16). “Planícies alisadas pela morte e o silêncio”, segundo palavras de Julio Cortázar.

³ Com o passar do tempo, no entanto, e já tendo notícias do que acontecia, mudou sua atitude em relação à ditadura militar. Adolfo Pérez Esquivel, Prêmio Nobel da Paz, recordou o que deve ser destacado em Sábato, como por exemplo, sua capacidade de mudar, bem como sua coerência. É preciso lembrar – continua Esquivel – que havia uma ditadura seguida de outra e, talvez, Sábato não tenha conseguido ver, como aconteceu com muita gente, que se estava entrando em um período de horror. No entanto, vale dizer que apoiou as primeiras ações contra a ditadura, tornando-se, em 1983, presidente da “Comissão Nacional sobre a Desaparição de Pessoas” (Conadep), encarregada de investigar e redatar um informe a respeito dos crimes cometidos pela ditadura militar argentina (1976-1983), sendo que o mesmo serviu de base para o julgamento e condenação das juntas militares, em 1985 (CALONI, 2011).

O terror praticado por Estados, diz Chomsky, é funcional, já que melhora o *clima de investimentos* no curto prazo. Segundo ele, a ajuda de Washington aos governos inclinados ao terrorismo está em “relação direta com o terror e a melhoria do clima de investimentos e em relação inversa com os direitos humanos”. Sendo os Estados Unidos um centro de poder, cujas opções políticas e estratégias calculadas produzem um sistema de clientes que praticam sistematicamente a tortura e o assassinato em escala assustadora, pode-se afirmar que Washington se tornou a capital mundial da tortura e do assassinato político. É o *terror benigno*, permitido aos Estados clientes que lutam contra o comunismo internacional, fazendo par ao *terror construtivo*, destinado também aos Estados clientes que buscam manter e ampliar as áreas globais de investimentos estadunidenses (CHOMSKY e HERMAN, 1981, p. 160).

Para CORRADI (1996), a conquista do campeonato mundial de futebol (1978) e a invasão das Ilhas Malvinas (1982) apresentam características muito próximas do fascismo, já que a Junta não apenas é apoiada entusiasticamente pela população, como também o Estado nacional católico mobiliza multidões em torno da argentinidade.

As duas últimas ditaduras militares – a da Revolução Argentina (1966-1973) e a do Processo de Reorganização Nacional (1976-1983) – tiveram, no momento de sua implantação golpista, segundo Luis Rubio (1987, p. 159), os benefícios de uma passividade expectante por parte da sociedade civil e as vantagens de uma neutralidade alarmada da população. Ambos os golpes foram contra governos constitucionais desprestigiados, tendo a Revolução Argentina caído a partir do *Cordobazo* (1969), enquanto a ditadura do Processo de Reorganização Nacional perdeu todo seu apoio com a derrota das Malvinas (1982). Logicamente que os movimentos internos de resistência, assim como as pugnas intracastrenses, tiveram sua influência no fim deste último regime. As Mães da Praça de Maio, que a partir 30 de abril de 1977 começaram a reunir-se periodicamente em frente à Casa Rosada exigindo uma solução para o desaparecimento de seus filhos, denunciam à Argentina e ao mundo os horrores da ditadura militar. Quando a imensa maioria da sociedade apoiava a guerra contra a Inglaterra por conta das Ilhas, as Mães afirmavam categoricamente que *As Malvinas são argentinas, os desaparecidos também*. Foi a organização que mais capitaneou a luta contra o governo do terror⁴.

⁴ Azucena Villaflor de Devicenti, depois de peregrinar por ministérios e vicariatos em busca de seu filho desaparecido, sem obter qualquer resultado, decidiu, juntamente com mais treze companheiras:

A primeira ditadura militar de segurança nacional da América Latina, cujos líderes sentaram no banco dos réus, foi a argentina. Apesar das leis de *Ponto Final* e de *Obediência Devida*, de Raúl Alfonsín, e do indulto, de Carlos Ménem, que nada mais foram que tentativas de tornar impunes os crimes de lesa-humanidade, o Congresso Nacional do país revogou tais decisões e os grupos de defesa dos direitos humanos continuaram lutando para julgar seus torturadores, sendo apoiados pelo governo de Néstor Kirchner. De 1983 até hoje, 842 pessoas foram processadas e 296 julgadas por crimes cometidos durante o regime de terror de Estado. Destas, 266 foram consideradas culpadas, sendo que 30 absolvidas (GINSBERG, 2011b). Ricardo Lorenzetti (2010), ao concluir seu informe como Presidente da Corte de Justiça, afirmou que os juízos dos crimes da ditadura já fazem parte “dos princípios que nos unem, hoje, a todos os argentinos: ou seja, que não queremos nunca mais que nossos filhos e nossos netos sejam perseguidos pelo próprio Estado – que os deveria proteger –, por terem ideias distintas. O ensinamento mais importante que nós podemos resgatar a esta altura do processo é que não haja marcha atrás”.

Por fim, vale ressaltar, que todo o complexo da Escola de Mecânica da Armada, que ocupa uma quadra ao norte de Buenos Aires, quase foi destruído por Ménem para que no local se construísse uma praça da solidariedade. Na verdade, o objetivo era um parque que valorizasse os apartamentos da classe alta que estão em frente. No entanto, os grupos de direitos humanos se mobilizaram e impediram que se aplicasse a lei do “olvido” a este quartel da Armada. Parte dele que serviu de local de tortura – o clube dos oficiais – foi transformado em museu, em 24 de março de 2004, constituindo uma experiência fundamental de política pública sustentada nos pilares da memória, da verdade e da justiça, historicamente sustentados pelo movimento de direitos humanos. As visitas são guiadas por jovens estudantes das universidades públicas de Buenos Aires que contam a história com muito conhecimento e detalhe. É muito importante conhecê-lo, bastando para tal agendar por telefone (4704-5525) ou pelos serviços dos correios eletrônicos (espacioparalamemoria@buenosaires.gov.ar ou epacioparalamemoria@anm.jus.gov.ar.)

“Vayámonos a la Plaza”. Foi o momento fundacional das Mães da Praça de Maio, em 30 de abril de 1977. Ela seria seqüestrada em 8 de dezembro de 1977, na Igreja de Santa Cruz, torturada e lançada ao mar no dia 14 do mesmo mês em um vôo noturno, juntamente com outras mães fundadoras e, também, as freiras francesas. A prisão de Azucena, bem como de suas companheiras, se deu graças a participação do informante infiltrado no movimento Alfredo Astiz – de cognome *Gustavo Niño* –, que combinara com os algozes que aquela a quem ele beijasse seria a fundadora do movimento (BOCCHIO, 2010).

Referências

- BOCCHIO, Diego. Las 12. *Página 12*, Buenos Aires, 12 out. 2010.
- CALLONI, Stella. *Los años del lobbo: operación condor*. Buenos Aires: Peña Lillo, 1999.
- CALONI, Stella. Ires y venires en la política: anarquista hasta que las letras le abrieron otra senda. *La Jornada*, México, 1 mai. 2011.
- CHOMSKY, Noam; HERMAN, Edward. *Washington y el fascismo en el tercer mundo*. México: Século XXI, 1981.
- CORRADI, João. *El método de destrucción. El terror en la Argentina*. Buenos Aires. Quiroga y Tcach, 1996.
- GINZBERG, Victoria. Com la condena más alta para um apropiador. *Página 12*, Buenos Aires, 18 mai. 2011a.
- GINZBERG, Victoria. *Los juicios a los represores em números*. Página 12, Buenos Aires, 24 dez. 2011b.
- LA JORNADA. México, 24 dez 2011.
- LORENZETTI, Ricardo. No hay marcha atrás con los juicios. *Página 12*, Buenos Aires, 12 ago. 2010.
- NOVARO, Marcos; PALERMO, Vicente. *La dictadura militar 1976/1983: del golpe de Estado a la restauración democrática*. Buenos Aires: Editora Paidós, 2006.
- RUBIO, Luis. Argentina: la promesa incumplida. In: CUEVA, Agustin (Org.). *Tiempos conservadores: América Latina en la derechización de Occidente*. Quito: Editora El Conejo, 1987.
- VIDELA, Jorge Rafael. Entrevista. *La Razón*, Buenos Aires, 13 mai. 1977.